

Alongamento da dívida é fundamental, diz Yeda

ESTADO DE SÃO PAULO

06 FEV 1993

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O programa de estabilização da economia poderá incluir o fim da remuneração diária das aplicações financeiras. A medida seria uma consequência da decisão do governo de alongar o prazo de vencimento dos títulos públicos, que este ano representa uma despesa para o governo de US\$ 8 bilhões.

“O alongamento dos prazos é uma das pernas do programa econômico, o que já foi anunciado pelo ministro Haddad”, disse ontem a ministra do Planejamento, Yeda Crusius. “É preciso parar de dar fermento à inflação com a correção diária das aplicações.”

Yeda, no entanto, não quis responder às perguntas insistentes dos repórteres sobre se essa frase significava

o fim de aplicações como o Fundão, que têm remuneração diária.

“Perguntem isso ao Haddad e à Maria da Conceição Tavares”, respondeu, referindo-se ao ministro da Fazenda e à economista da UFRJ, que esta semana sustentou que o maior problema do governo para conter a inflação é a rolagem diária da dívida pública. A ministra não quis detalhar os estudos do Ministério da Fazenda e do Banco Central sobre o alongamento dos títulos e o programa de estabilização da inflação.

Yeda apenas desenvolveu um raciocínio: se o governo alonga os prazos de vencimento dos títulos públicos, o que atualmente representa “rendimento financeiro” passará a constituir “investimento produtivo no País”. Insistiu, porém, que ques-

tões de curto prazo são responsabilidade do ministro Paulo Haddad.

Sobre qual o impacto na inflação do resgate de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões de títulos públicos este ano, como anunciou o ministro da Fazenda, a ministra disse que “o resgate é importante porque alivia a necessidade de rolagem, pressionando para baixo o nível das taxas de juros e, consequentemente, a inflação”.

Dívidas públicas — O controle da aceleração da inflação, segundo Yeda, será reforçado por duas outras medidas complementares que o governo está adotando: o equacionamento dos elevados passivos do setor público e a utilização criteriosa e eficiente de recursos orçamentários para o financiamento de programas para a popula-

ção de baixa renda.

“Dois indicadores apontam queda substancial dos índices”, afirmou a ministra. “Estão demonstrando que a aceleração dos preços da primeira semana de janeiro não se repetiu na primeira semana de fevereiro.” Yeda descartou uma nova aceleração dos índices em março, em razão da concessão da antecipação bimestral para o salário mínimo e dos preços do vestuário.

“O mercado vai se incumbir de compensar esses aumentos com produtos que irão aumentar menos”, disse a ministra, que também confirmou uma projeção de inflação média mensal de 18% no Orçamento da União. Ela repetiu a programação do ministro Haddad: a inflação ao longo do ano apresentará queda gradual para atingir 14% em dezembro.